

PPA 2020-2023 Espelho do Monitoramento

# PROGRAMA: 2213 - MODERNIZAÇÃO TRABALHISTA E TRABALHO DIGNO

Objetivo: 1218 - Modernizar as relações trabalhistas para promover competitividade e proteção ao trabalhador.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: No que se refere ao Objetivo de Modernizar as relações trabalhistas e promover competitividade e proteção ao trabalhador, destacam-se as ações voltadas para a proteção do trabalhador. A Inspeção do Trabalho atuou visando ao cumprimento dos objetivos estratégicos da Instituição, que compreendem o combate à informalidade, ao trabalho infantil e ao trabalho análogo ao de escravo, ainda, intensificou as ações voltadas à inserção de aprendizes e inclusão de pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social no mercado de trabalho. Entre 2020 e 2023, segundo dados extraídos do Sistema Federal de Inspeção do Trabalho (SFITWEB), em torno de 437 mil trabalhadores em situação de registro irregular foram alcançados pelas ações de combate à informalidade. No combate ao trabalho infantil, foram mais de 4.250 ações com constatação de trabalho infantil no mesmo período. Além disso, foram inseridos no mercado de trabalho mais de 95 mil pessoas com deficiência e mais de 340 mil aprendizes. No que tange às ações de segurança e saúde no trabalho - SST, foram realizadas mais de 4,7 mil análises de acidentes de trabalho ou doenças relacionadas ao trabalho pela Inspeção do Trabalho. Além disso, as ações de SST alcançaram quase 120 mil estabelecimentos, trazendo proteção aos trabalhadores. A modernização e digitalização dos servicos contribuíram sobremaneira para o alcance dos objetivos pela Inspeção do Trabalho, resultando em um ganho de eficiência, com o aumento a taxa de acerto das ações fiscais, com um percentual superior a 59%. Com as bases de dados do eSocial e da Previdência Social, foi possível a obtenção de indícios mais precisos de irregularidades. Por outro lado, a escassez de pessoal permanece sendo o principal óbice ao alcance de melhores resultados. Em que pese tenha havido autorização para realização de concurso público para 900 auditores-fiscais do trabalho - AFT em 2023, o certame ainda se encontra em andamento. Atualmente, dos 3.500 cargos de AFT criados por lei, há apenas 1.899 AFT em atividade. Em 2023, destacou-se também o aplicativo da Carteira de Trabalho Digital que atingiu um total de 70,6 milhões de usuários cadastrados, chegando ao fim do exercício com mais de 1,8 bilhão de acessos, sendo 685 milhões apenas em 2023. Já a digitalização do acesso ao benefício do segurodesemprego avançou ao ponto de que 75,93% dos pedidos foram realizados em meio eletrônico, totalizando 5,44 milhões de pedidos via canais digitais e 1,72 milhão em postos de atendimento. O número total de requerimentos foi, assim, de 7,16 milhões.

Meta: 0524 - Atingir o índice 1 de condições e relações de trabalho (ICRT), que contempla ações de promoção da conformidade legal e melhoria dos serviços.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim

Unidade de medida: índice Numérico, variando de 0 a 1

Linha de base: -

Data de referência da linha de base: -

Meta prevista para 2020: 0,3

Meta prevista para 2021: 0,5 Meta prevista para 2022: 0,7 Meta prevista para 2023: -

#### Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 7,27 Data de Referência: 09/01/2024

Restrições para o alcance da meta: Não Há Restrições

Justificativa para não regionalização da Meta: A fórmula de cálculo, da forma como foi estruturada, não possibilita a regionalização do indicador. Isso porque alguns elementos que compõem o ICRT não são passíveis de regionalização.

Indicador: 8700 - Índice de Condições e Relações de Trabalho

Informações básicas

Unidade de medida: índice numérico

Valor de referência: 0

Data de Apuração: 31/12/2019 Polaridade: Quanto maior melhor

Periodicidade: Anual

# Informações do Monitoramento

Valor aferido: 7,27

Data do índice: 09/01/2024

Observação: A Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) informou que em relação aos dois primeiros indicadores do ICRT, não foi possível proceder a apuração, tendo em vista que, desde 12/2021, não tem recebido regularmente os dados de acidentes do trabalho do Ministério da Previdência. Embora parte dos acidentes do trabalho sejam informados diretamente pelos empregadores no eSocial (dados ao quais eles têm acesso), as Comunicações de Acidentes do Trabalho (CAT) emitidas por sindicatos, outras autoridades públicas, dentre outros, são encaminhadas diretamente ao Ministério da Previdência. Além disso, os dados de acidentes do trabalho sem CAT emitida, decorrente de caracterização do nexo pela Perícia Médica do INSS, também não foram encaminhados no referido período. Cumpre ressaltar que os indicadores I1 e I2 do ICTR buscam mensurar justamente o impacto das inspeções de segurança e saúde no trabalho nos acidentes do trabalho, sendo portanto essencial a disponibilidade dos dados do Ministério da Previdência para apuração dos indicadores. Com relação ao indicador I9, em 2023, houve uma expressiva redução na emissão de CTPS em meio físico, o que contribuiu para elevação da média acima de 1 do indicador do ICRT.

Resultado Intermediário: 0275 - Simplificação e desburocratização do marco regulatório do trabalho.

Informações básicas

Unidade de medida: percentual

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Percentual de modernização da legislação trabalhista

Meta prevista para 2020: 60 Meta prevista para 2021: 60 Meta prevista para 2022: 90 Meta prevista para 2023: 100

### Informações do Monitoramento

Valor Apurado: -

Data do valor apurado: -

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: -

Restrições para o alcance da meta: -

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: -

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0277 - Fiscalização do Trabalho - Promoção da conformidade às normas trabalhistas.

Informações básicas

Unidade de medida: percentual

Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Taxa de acerto em fiscalizações estratégicas diretas e indiretas

Meta prevista para 2020: 50 Meta prevista para 2021: 50 Meta prevista para 2022: 50 Meta prevista para 2023: 50

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 59,2

Data do valor apurado: 09/01/2024

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A taxa de acerto de em fiscalizações estratégicas superou a meta de 50%, chegando a quase 60%. Essa taxa foi elevada principalmente por conta das fiscalizações indiretas, com 79% de acerto, e das fiscalizações para combate ao trabalho análogo ao de escravo, o qual teve uma taxa de acerto de 78%. Essa elevação da taxa de acerto no combate ao trabalho escravo se deve à criação do Sistema Ipê, sistema próprio da SIT para receber denúncias específicas de trabalho escravo. Com a criação do Sistema Ipê, o número de denúncias recebidas pela DETRAE cresceu exponencialmente. Com o crescimento substancial do número de denúncias, mais denúncias (e denúncias cada vez mais qualificadas, com melhores informações, mais precisas) passaram a ser distribuídas para cada operação do GEFM. Desta forma, com mais denúncias, a possibilidade de ocorrer pelo menos uma ação fiscal com resgate de trabalhadores aumentou significativamente. Da mesma forma, o Sistema Ipê aumentou significativamente a qualidade das denúncias, com formulários desenhados por Auditores-Fiscais focados em informações essenciais para a Inspeção.

Restrições para o alcance da meta: Não Há Restrições

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: O indicador em questão é composto por uma fórmula cuja equação contém diversas variáveis. Ocorre que duas dessas variáveis ("H" e "I") se

referem a resultados alcançados apenas pelo Órgão Central, através do Grupo Especial de Fiscalização Móvel no Combate ao Trabalho Análogo ao de Escravo. Assim, não há como aferir o indicador por UF de forma individualizada e nem por região do Brasil, uma vez que a variável mencionada receberia o valor "0", destoando eventual resultado a ser apresentado.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0348 - Investigação das causas de acidentes e doenças ocupacionais

Informações básicas

Unidade de medida: unidade

Linha de base: 1.812

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Número de acidentes ou doenças do trabalho analisados.

Meta prevista para 2020: 909 Meta prevista para 2021: 1.600 Meta prevista para 2022: 1.520 Meta prevista para 2023: 1.520

### Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1.519

Data do valor apurado: 09/01/2024

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: De janeiro a dezembro de 2023, foram analisados 1.519 acidentes ou doenças de trabalho, prioritariamente graves e fatais, o que representa o cumprimento de 99,93% da meta anual de 1.520 análises para o ano de 2023. Considera-se assim que a meta foi atingida. A meta de análise de acidentes e doenças é descentralizada pelas 27 Unidades da Federação e pelo Grupo Especial de Fiscalização do Trabalho em Transportes - GETRAC, grupo móvel de fiscalização no setor de transporte de cargas, coordenado pela unidade central. Assim, além dos resultados regionalizados (1.507), há ainda 12 análises de acidente e doenças do trabalho realizadas pelo GETRAC. Os relatórios das análises auxiliam na prevenção de novos eventos assemelhados nas empresas, além de servir de subsídio à propositura de ações regressivas pela AGU, à adequação das normas regulamentadoras bem como para o planejamento das ações de prevenção.

Restrições para o alcance da meta: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

### Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	38	38	38	09/01/2024	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	75	75	55	09/01/2024	Não informado

No Estado da Paraíba	-	-	32	32	26	09/01/2024	Não informado
No Estado de Alagoas	-	-	26	26	19	09/01/2024	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	46	46	50	09/01/2024	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	23	23	20	09/01/2024	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	21	21	32	09/01/2024	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	182	182	169	09/01/2024	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	51	51	54	09/01/2024	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	8	8	3	09/01/2024	Não informado
No Estado de Roraima	-	-	5	5	4	09/01/2024	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	54	54	62	09/01/2024	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	223	223	233	09/01/2024	Não informado
No Estado de Sergipe	-	-	26	26	27	09/01/2024	Não informado
No Estado do Acre	-	-	7	7	6	09/01/2024	Não informado
No Estado do Amapá	-	-	5	5	4	09/01/2024	Não informado
No Estado do Amazonas	-	-	11	11	12	09/01/2024	Não informado
No Estado do Ceará	-	-	79	79	60	09/01/2024	Não informado
No Estado do Espírito Santo	-	-	50	50	57	09/01/2024	Não informado
No Estado do Maranhão	-	-	24	24	32	09/01/2024	Não informado
No Estado do Pará	-	-	49	49	49	09/01/2024	Não informado
No Estado do Paraná	-	-	68	68	79	09/01/2024	Não informado
No Estado do Piauí	-	-	41	41	37	09/01/2024	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	204	204	177	09/01/2024	Não informado

No Estado do Rio Grande do Norte	-	-	40	40	43	09/01/2024	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	117	117	141	09/01/2024	Não informado
No Estado do Tocantins	-	-	15	15	18	09/01/2024	Não informado

Resultado Intermediário: 0349 - Promoção da prevenção de acidentes e doenças ocupacionais

Informações básicas

Unidade de medida: unidade

Linha de base: 45.610

Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Número de estabelecimentos alcançados por fiscaliz., ação setorial ou ação preventiva realizada

pela Inspeção do Trab. p/ aumentar conformid. com Normas Regulamentadoras

Meta prevista para 2020: 43.316 Meta prevista para 2021: 50.000 Meta prevista para 2022: 43.000 Meta prevista para 2023: 43.000

#### Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 39.385

Data do valor apurado: 09/01/2024

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Parcela importante da meta prevista dependia do envio de notificações de forma postal. Este envio foi comprometido por intercorrências com os Correios ocorridas ao longo do ano. O lançamento em bloco de Relatórios de Inspeção (RI) (vários RI ao mesmo tempo ou em uma única operação) gerou muitos problemas nos sistemas internos da fiscalização, em especial no SISFGTS, fazendo com que os Auditores levassem muito mais tempo do que o estimado inicialmente e chegando a perder resultados de fiscalização por não apropriação de forma correta pelos referidos sistemas. Ainda assim, foram executadas 39.385 ações fiscais das 43.000 previstas, representando um alcance de 91,59% da meta estabelecida para o ano de 2023. Em relação à regionalização, além dos resultados regionalizados (39.181), há ainda 204 estabelecimentos alcançados em ações de SST, sob a coordenação do órgão central.

Restrições para o alcance da meta: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)

Restrições para o alcance da meta: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação) Detalhamento da restrição: Aposentadorias, remoção, serviço na SIT, serviço em outras unidades na estrutura do Ministério do Trabalho não relacionadas com a fiscalização do trabalho; serviço em órgãos externos ao MTE.

Providências para tratamento da restrição: O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI autorizou concurso público com 900 vagas para a Auditoria Fiscal do Trabalho, conforme Portaria MGI 2.453, de 16 de junho de 2023. A contratação de novos Auditores é uma medida essencial para superar as restrições existentes.

Restrições para o alcance da meta: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)

Detalhamento da restrição: Sistemas de Correspondência e de registro de relatórios de Inspeção em bloco ineficientes. Organização administrativa da Inspeção do trabalho inadequada, que dificulta a alocação de Auditores nas fiscalizações de segurança e saúde no trabalho (SST). As fiscalizações de SST são mais complexas e intensivas em atividades presenciais. Há uma rotatividade de AFTs de outros projetos (temas de fiscalização) que algumas vezes não tem experiência nas ações de SST; falha na implementação do projeto, como mudanças constantes ou ausências nas coordenações regionais, que dificultam a implementação das ações. Pouca atratividade para ocupação dos cargos de chefia, o que prejudica a execução do planejamento. Recursos materiais e humanos insuficientes, com destaque na carência de viaturas, motoristas e congelamento por mais de 20 anos no valor pago pela Administração ao Auditor-Fiscal como indenização para utilização de veículo particular do servidor durante execução das ações fiscais.

Providências para tratamento da restrição: Estão sendo desenvolvidas ferramentas informatizadas de auxílio à Inspeção do Trabalho, como o Domicílio Eletrônico Trabalhista (DET), que possibilitará a realização de notificações em bloco, dentre outras funcionalidades. No entanto, cabe ressaltar que as ações fiscais em SST demandam, essencialmente, a inspeção in loco do ambiente de trabalho pelo Auditor-Fiscal do Trabalho. Além disso, estão sendo disponibilizadas capacitações por meio da ENIT para aprimorar os conhecimentos dos Auditores-Fiscais do Trabalho na fiscalização das condições de trabalho, bem como nas atualizações trazidas pela revisão das Normas Regulamentadoras (NR) de segurança e saúde no trabalho. Com relação ao número de viaturas e motoristas, após realização de levantamento para identificação da situação real de cada UF, foi iniciado processo para aquisição de viaturas, tendo sido adquiridas em 2023 vinte novos veículos, ainda não entregues.

Notas do usuário: -

# Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	1.101	1.101	1.598	09/01/2024	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	2.254	2.254	1.483	09/01/2024	Não informado
No Estado da Paraíba	-	-	801	801	740	09/01/2024	Não informado
No Estado de Alagoas	-	-	764	764	763	09/01/2024	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	1.035	1.035	1.314	09/01/2024	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	583	583	714	09/01/2024	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	811	811	527	09/01/2024	Não informado
No Estado de	-	-	5.736	5.736	5.101	09/01/2024	Não

Minas Gerais							informado
No Estado de Pernambuco	-	-	1.285	1.285	2.992	09/01/2024	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	223	223	192	09/01/2024	Não informado
No Estado de Roraima	-	-	86	86	58	09/01/2024	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	1.730	1.730	1.047	09/01/2024	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	7.094	7.094	5.857	09/01/2024	Não informado
No Estado de Sergipe	-	-	824	824	704	09/01/2024	Não informado
No Estado do Acre	-	-	185	185	107	09/01/2024	Não informado
No Estado do Amapá	-	-	114	114	146	09/01/2024	Não informado
No Estado do Amazonas	-	-	251	251	288	09/01/2024	Não informado
No Estado do Ceará	-	-	1.971	1.971	2.397	09/01/2024	Não informado
No Estado do Espírito Santo	-	-	2.542	2.542	956	09/01/2024	Não informado
No Estado do Maranhão	-	-	522	522	423	09/01/2024	Não informado
No Estado do Pará	-	-	2.176	2.176	1.064	09/01/2024	Não informado
No Estado do Paraná	-	-	1.179	1.179	1.267	09/01/2024	Não informado
No Estado do Piauí	-	-	1.483	1.483	1.408	09/01/2024	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	4.553	4.553	4.411	09/01/2024	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte	-	-	846	846	858	09/01/2024	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	2.577	2.577	2.439	09/01/2024	Não informado
No Estado do Tocantins	-	-	274	274	327	09/01/2024	Não informado